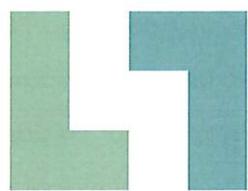


uf: [Handwritten signature]



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA Nº: 13

11 de maio de 2021

Assunto: Sessão Ordinária

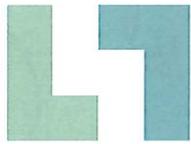
Início da sessão: 21h15 horas

Términus da sessão: 22h00 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino

Vice-Presidente da Mesa: Cristina Maria Milhano Pintão de Campos

Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha



----- ATA N.º 13 -----

--- Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, no Cine-Teatro de Almeirim, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: José Francisco Correia Afonso Marouço, Gustavo Gaudêncio da Costa, Carlos Manuel Russo Mota, José Manuel Coutinho Lopes, Fernando Rodrigues Louro, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Vera Lúcia Bráz dos Santos, Irina Noel Matias Batista, Nuno Miguel Martins Pires, Mário Pereira (em substituição de Domingos Manuel Marques David Pereira), Augusto Gonçalves Parreira, José Augusto Santos de Jesus, Francisco Manuel Miguel Colaço, Pedro Miguel Martins Braz, Artur Fernando Salgado, Ana Teresa de Sousa David, Luís Alberto Ferreira, Victor Manuel da Guia, Alam Pereira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Liliana Marques Alonso (em substituição de Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa), Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Carlos Fatia Tezo, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos, Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes, Dina Maria Gomes Rocha e Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco. -----

--- Faltaram à sessão José Luís Marques dos Santos, António José Fonseca Nobre, José Eduardo de Melo Relvas Ramalho, Catarina Maria Lagarto Marques, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Susana Paula Pereira Veiga Alves Nunes, Manuel António dos Santos Afonso e Patrícia Carla Bonança de Mattamouros Resende Fonseca de Oliveira.-----

--- Apresentaram justificação de ausência Patrícia Carla Bonança de Mattamouros Resende Fonseca de Oliveira, José Eduardo de Melo Relvas Ramalho, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias e António José Fonseca Nobre.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----



--- Período Antes da Ordem do Dia.-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1. Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

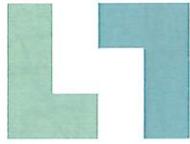
--- 2. Apreciação e votação de proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social;-----

--- 3. Apreciação e votação de proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2021.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informando sobre os senhores Deputados que tinham justificado a sua ausência.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, começando por questionar sobre os acessos do Eco-Parque do Relvão, na Chamusca. Lembrou que para lá eram transportados todos os resíduos perigosos do País, que tinham acessos que entendiam ser deficitários, face ao elevado número de camiões com resíduos perigosos que atravessavam o centro da vila, que também tinham dificuldades na travessia da ponte e que provocavam um caos rodoviário diário. A conclusão da IC3 e das ligações previstas com os restantes eixos rodoviários principais, como a A23 ou a A13, tinha criado uma situação de grande injustiça e perigo, não só para a população da Chamusca, mas também de outros concelhos, como a Golegã, Alpiarça ou Almeirim. Além do problema do congestionamento do tráfego, estavam também perante um problema, que era uma ameaça à saúde pública. Particularmente quem vivia na vila defrontava-se diariamente com uma anormal quantidade de fumo e poluição provocada pelo trânsito excessivo de veículos pesados. Assim, o senhor Deputado quis saber como é que a CIMLT estava a acompanhar esta questão, que soluções podiam perspetivar-se, nomeadamente perceber se o recurso ao Fundo Ambiental não seria uma boa forma de financiar e de resolver de uma vez por todas este problema. Lembrou que era um problema que já durava há mais de duas décadas. O senhor Deputado disse querer saber o ponto de situação desta questão, sublinhando que na questão do Fundo Ambiental, uma das questões para o seu recurso era precisamente o impacto criado por infraestruturas que se destinavam a resolver problemas ambientais. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, mencionando o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e o seu impacto no Distrito de Santarém. Referiu que o PSD entendia que o Distrito de Santarém estava completamente esquecido. Sobretudo na Lezíria do Tejo, disse não vislumbrar qualquer



investimento impactante. Portanto, também solicitou ao senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT que se pronunciasse, para perceber qual o acompanhamento que a questão estava a ter, que reivindicações e negociações estavam em curso, que investimentos podiam perspetivar-se, que expetativas podiam ter, ou seja, no fundo o que é que estava a ser feito. O senhor Deputado falou ainda sobre a Proteção Civil do Distrito de Santarém, que teria para breve uma alteração muito profunda na sua estrutura e organização no sistema de Proteção Civil, em resultado da aprovação da Lei Orgânica da nova Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que assentava num modelo territorial enquadrado com as NUT II e NUT III, em detrimento da atual organização distrital. Esta alteração iria obrigar à redefinição das estruturas existentes entre o escalão municipal e o escalão nacional. Apesar de não ser ainda possível prever todas as implicações que esta transformação iria ter no sistema de Proteção Civil, ficava a certeza de que a transição não seria certamente fácil, pois implicaria que a mudança de paradigma se refletisse em todas as áreas e instituições do Estado, com responsabilidade direta em matéria de Proteção Civil, tais como as forças de segurança, entidades de saúde e a própria Segurança Social, entre outros. O senhor Deputado questionou se estas alterações sempre iriam acontecer e se iria ter consequências graves. Se bem tinha interpretado, na vez de haver um CODIS distrital passaria a haver dois - um para a Lezíria do Tejo e outro para o Médio Tejo - o que poderia criar um grande desequilíbrio no Distrito. Sendo estas alterações implementadas, disse esperar que as mesmas fossem efetuadas depois do Verão. Questionou como é que esta situação estava a ser acompanhada pela CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que este Decreto-Lei já tinha bastante tempo e previa uma reorganização dos serviços com base nas NUT III. Naquilo que tinha a ver com os comandos regionais, esses já estavam implementados, tinham por base as NUT II e, na opinião do senhor Presidente, faziam sentido. O que já não lhe parecia fazer sentido era o facto de depois se reorganizar ao nível das NUT III, uma vez que havia mais NUT III dos que Distritos. Para além disso, também não fazia sentido que ao mesmo tempo as restantes forças continuassem a ser organizadas do ponto de vista distrital, como a GNR, PSP, organizações dos bombeiros, etc. Referiu que a CIMLT estava a acompanhar a situação, mas não podia intervir diretamente. Sempre que era solicitada opinião, explicou que a CIMLT dava conta de que o que fazia sentido era pensar nisto de uma forma integrada. O senhor Presidente disse estar convicto de que não haveria qualquer alteração ao modelo, pelo menos durante o próximo DECI. Ao nível das NUT II, de acordo com o senhor Presidente fazia sentido haver estes comandos. Ao nível das NUT III não lhe parecia. Sobre o PRR, referiu que efetivamente não



tinha muitas obras para a Lezíria e tal juntava-se à questão dos acessos. Explicou que o Conselho Intermunicipal tinha vindo a fazer pressão política, no sentido de fazer alguma mudança na mentalidade lisboeta, que infelizmente não lhe parecia que iria ocorrer. Quando se tratava de Terreiro do Paço, era tudo muito mais importante do que o resto. Referiu ainda que, enquanto Presidente da Câmara de Almeirim, quando acabasse a sua Circular Urbana iria proibir os camiões de circular na Estrada Nacional. Mas tratava-se de uma Circular feita às custas da Câmara e percebia que nem toda a gente tinha condições para o fazer e nem tinha de o fazer. O mau era terem todos acreditado no Estado central. Na opinião do senhor Presidente, se os CIRVER não tivessem aberto antes de haver autoestrada, garantidamente que a autoestrada se fazia rapidamente. Ela próprio já tinha sugerido ao Presidente das Infraestruturas de Portugal e ao próprio Ministro fazer por administração direta com a engenharia militar. Portanto, estavam disponíveis para tudo. Houvesse vontade política, que não tinha existido. Também estavam à espera de uma reunião com as Infraestruturas de Portugal.-----

--- Passou-se de seguida à **apreciação e votação da ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 30 de novembro de 2020.**-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 30 de novembro de 2020, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.-----

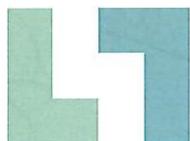
-----ORDEM DO DIA-----

--- Passou-se de seguida para o **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal.**-----

--- Foi dado conhecimento, não tendo sido pedida a palavra.-----

--- Passou-se de seguida para o **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.**-----

--- Submetida à votação a **proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para**



as entidades intermunicipais no domínio da ação social, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida para o **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2021**.-----

--- Submetida à votação a **proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2021**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- De seguida foi lida pela **senhora Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, a Minuta da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 30 de novembro de 2020, tendo sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- PRESIDENTE DA MESA -----

Francisco Caneira Madelino

--- VICE-PRESIDENTE DA MESA -----

Castro Pinto de Campos

--- SECRETÁRIA DA MESA -----

Dina Rocha